



Empresário diz que polícia manipula pedidos de grampo

Depois de ouvir o depoimento do empresário Paulo Roberto Franco Marinho, ex-vice-presidente do *Jornal do Brasil*, o presidente da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) ficou convencido de que “policiais inescrupulosos” incluem em pedidos de interceptação números de telefones para ouvir outras pessoas, com outros fins, que não da investigação em curso.

Segundo Marinho foi assim que a partir de um inquérito, que nasceu de uma denúncia anônima, numa delegacia de Repressão aos Entorpecentes no Rio de Janeiro, ele teve o telefone de sua casa e celular grampeados por 30 dias. Ele garantiu à CPI do Grampo, nesta terça-feira (27/5) que as gravações foram colhidas de forma legal, com autorização judicial, mas não entendeu por que seu número foi grampeado. “Durante os 30 dias que meu telefone foi grampeado captaram conversas que não puderam sugerir nada a ninguém. Eu tenho uma vida comum”, disse Marinho à CPI.

“Isso é grave. É preciso investigar e descobrir quem foi o responsável pela inserção do número de telefone de Marinho nesta investigação”, disse o deputado Hugo Leal (PSC-RJ), vice-presidente da CPI. “Está cada vez mais claro que este importante instrumento de investigação está sendo desvirtuado”, concluiu o deputado Jorginho Maluly (DEM-SP).

Em junho de 2001, a revista *Veja* divulgou trechos dessas escutas nos quais Marinho falava com o empresário Nelson Tanure e com o jornalista Ricardo Boechat. Na conversa, segundo Marinho, ele apenas passava a seu amigo de 30 anos, Boechat, informações jornalísticas sobre disputas empresariais no setor de telefonia, envolvendo o grupo de telecomunicações canadense TIW e o Banco Opportunity. Para Marinho a reportagem, de oito páginas que tratava de disputas empresariais no ramo da telefonia, lhe pareceu uma “matéria fraca e encomendada”. Ele também afirma que os trechos da gravação citados na matéria foram tirados do contexto.

Marinho afirmou também à CPI que o publicitário Mauro Salles, que trabalhava com o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, é quem teria entregado as fitas com as escutas à revista *Veja*. Marinho também trabalhou com Daniel Dantas, por mais de um ano. Na opinião de Marinho, as escutas captadas e publicadas na revista não beneficiam nem o Opportunity, nem a canadense TIW.

Depois do episódio, o jornalista Ricardo Boechat foi demitido do jornal *O Globo* e Marinho processou a *Veja* por danos morais. O pedido foi rejeitado na primeira instância em São Paulo. A juíza Daise Fajardo Nogueira Jacot, da 15ª vara Cível de SP, entendeu que a partir do momento que os redatores tomaram conhecimento da conversação, assumiram o dever de informação. Marinho aguarda o julgamento de seu recurso no Tribunal de Justiça de São Paulo. O empresário também chegou a contratar um detetive e pedir investigação do caso ao Ministério Público. Ele não conseguiu descobrir quem foi o mandante da interceptação de seu telefone e o MP não deu continuidade à apuração do caso.

Date Created

27/05/2008